

1 **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA**
2 **DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- 03.11.2015**

3 No dia 03 de Novembro de 2015, às 14h30m, no auditório da Casa de Direitos
4 Humanos – Av. Amazonas, 558 – 7º andar – Centro – Belo Horizonte,
5 reuniram-se em plenária ordinária os conselheiros: Kátia Ferraz
6 Ferreira(C.V.I.),Eustáquio José de Oliveira(ADEFI),Alexander Fabian Malheiros
7 (SES), Público), Caio Múcio Pimenta (Associação Cegos Louis Braille ,
8 Romerito Costa Nascimento (CAADE), Daisy Dias Lopes (CRESS- MG) ,
9 Renata Jacques Batista (CREFONO), Glicélio Ramos da Silva (SEC), Sônia
10 Maria de Paula (SEDS), Romina Cláudia da Silva Carvalho (Poder Judiciário
11),Milton Henriques de Oliveira (ADEFOM). Justificaram ausências: Júnia dos
12 Reis Rezende (Ministério Público), Adinilson Marins (FEDERAÇÃO DAS
13 APAES), Maurício Alves Peçanha(ADC) , Maria Luiza Gomes Passos, Marlice
14 Ornelas Lúcio (APODEM), Nilson Corrêa , para discutir e deliberar sobre a
15 seguinte pauta: 1. Verificação do quórum; 2. Avaliação da IV Conferência
16 Estadual da Pessoa com Deficiência; 3. Eleição do CONPED; 4. Informes
17 Gerais; . A reunião iniciou-se às 14h26 com a presença de nove conselheiros,
18 faltando 01 conselheiro para complementação do quórum. Com a nomeação de
19 novos conselheiros a presidente solicitou que cada um dos presentes se
20 apresentasse. Neste espaço de tempo com a chegada de mais um conselheiro
21 a reunião passou a ter quórum. 1. Verificação do quórum: após a verificação da
22 existência de quórum foram colocadas em votação a aprovação das atas da 4ª.
23 e 5ª. reuniões do CONPED, sendo que a 4ª. ata referia-se apenas a algumas
24 correções solicitadas pelos conselheiros. As atas foram aprovadas sem
25 alterações. A presidente reafirmou que a não ocorrência de reunião anterior se
26 deu em virtude da sobrecarga de trabalho relativo à preparação para a
27 Conferência. Propôs a discussão da pauta a partir dos Informes gerais. O
28 coordenador da CAADE, Romerito Costa Nascimento esclareceu sobre a
29 eleição dos delegados para a Conferência Estadual dos Direitos Humanos:
30 como não foi possível utilizar o critério de cinco por cento dos mais votados
31 previsto na Resolução do CONPED, a organização da Conferência de Direitos
32 Humanos decidiu que irão com direito a voz, como convidados
33 preferencialmente, pessoas com deficiência por região, e não como delegados.
34 Há ainda 5 vagas a serem preenchidas para quem quiser e puder participar. O
35 Conselheiro Milton informou sobre a reativação do Conselho Municipal de
36 Divinópolis que funcionou com a Professora Andreia Martins, anteriormente e
37 agora foi retomado, mais uma vez com a presidência da referida professora. A
38 presidente Kátia informou que os representantes da Secretaria Estadual de
39 Cultura voltam a ser titular Glicélio Ramos da Silva e suplente Sra. Gildete
40 Aparecida Souza Veloso 2. Avaliação da IV Conferência Estadual dos Direitos
41 da Pessoa com Deficiência: A presidente Kátia parabenizou o trabalho
42 realizado e agradeceu a SEDPAC pelo esforço na realização do evento.
43 Aproximadamente, 400 pessoas participaram, com o trabalho e discussão de
44 quatro grupos, presença de delegados do interior do Estado. Registrou como
45 negativo a incidência de foco político partidária no interior da Conferência e a
46 carência de capacitação dos delegados. Imiscuir a discussão político partidária
47 na Conferência, enfraquece a política do segmento e impede avanços além de
48 ter incomodado aos participantes. Há que se preservar o espaço colegiado não
49 interessando quem esteja no ápice do governo. O conselheiro Caio

50 parabenizou a comissão organizadora e a SEDPAC, relatou que foi nítido o
51 envolvimento de pessoas imbuídas em prestarem um bom trabalho, destacou
52 que houve uma boa representação apesar de não ser a representação
53 esperada para o Estado de Minas Gerais. Como negativo afirmou que multidão
54 não significa necessariamente representação, o Estado não
55 estava representado em suas dificuldades, houve a presença de pessoas
56 manipuladoras que toda hora gritavam questão de ordem , sem saber o
57 significado , e na mesa coordenadora não havia pessoas capacitadas ou seja
58 em condição de ordenar melhor estas intervenções. O Regimento Interno foi
59 trucidado por essas pessoas, jogo das pessoas e sempre as mesmas pessoas
60 embora este mesmo Regimento Interno tenha sido disponibilizado
61 anteriormente. Algumas discussões foram retomadas com o objetivo único de
62 se tirar a representação do CONPED na Conferência Nacional. Os
63 conselheiros do CONPED foram chamados de privilegiados. O jogo é contra o
64 governo mas as propostas são para o governo executar. Também faltou pulso
65 na coordenação dos trabalhos. O conselheiro Romerito registrou que a
66 representação vista na Conferência não expressa a realidade do Estado.
67 Foram realizadas 56 Conferências Municipais e duas Regionais, e estes
68 números não abrangem parte significativa do Estado de Minas Gerais. Foram
69 em torno de 400 mil gastos mas que não podem ser contabilizados como
70 capazes de transformar em produtos reais dentro do Estado: movimento
71 mobilizador das pessoas, convencimento do legislativo em investir recursos
72 para o segmento. As políticas para a pessoa com deficiência continuam
73 setoriais e não conversam com outras políticas. Esquecemos que somos um
74 contingente de 24% da população do Estado, somos lideranças, poderosos
75 em representatividade e ainda assim temos carência de uma política estadual
76 efetiva, políticas setoriais, saúde, esporte, educação. O conselheiro Milton
77 parabenizou a realização da Conferência e referendou as falas sobre as
78 questões político partidárias. Na sua percepção são um desestímulo para as
79 pessoas ver questões partidárias sendo mais valorizadas do que a discussão
80 da política da pessoa com deficiência. Foi notória e pública a discussão
81 partidária, palco de oportunistas que usam uma plateia e querem armar um
82 circo para receber aplausos. Fala da necessidade que as pessoas venham
83 para o movimento desarmados, venham para contribuir. Relatou também, que
84 após vários anos de participação no movimento, sequer são consultados
85 quando da indicação para ocupar cargo político, uma vez que são liderança e
86 podem indicar quem de fato poderá avançar com a política da PCD . A
87 presidente Kátia constatou que infelizmente, dentro do segmento existe a
88 prática de uma deficiência jogar contra outras, julgando que uma deficiência é
89 pior que outra , temos que pesquisar sobre as dificuldades das deficiências,
90 temos que estudar mais para não ferir com falta de respeito. Enquanto esta
91 prática não for extirpada, o segmento não avançará tanto quanto precisa. O
92 conselheiro Eustáquio relatou que nas próximas Conferências é necessário a
93 composição de uma mesa mais isenta, com pulso mais firme e uma condução
94 mais neutra. Na sua avaliação houve discussão voltada para interesses
95 próprios fugindo do contexto dos eixos definidos para o debate. Entende que é
96 urgente a formação de fóruns regionais para o avanço da política no Estado e
97 para que se possa caminhar juntos e não apenas ser comunicados das ações.
98 A Sra. Cláudia, visitante e vice presidente do Conselho Municipal dos Direitos
99 da Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte registrou seu sentimento de

100 frustração com a Conferência, principalmente por causa daqueles que levam as
101 discussões para o lado pessoal. Parabenizou a realização do evento. O
102 conselheiro Glicélio registrou que na maioria das vezes as políticas públicas
103 para a pcd são feitas e não há participação do segmento, por negligência
104 nossa, não propomos política pública. Na sua avaliação a atuação da comissão
105 na hora da eleição foi deficitária não houve respeito à resolução do Conped ,
106 faltou também preparação dos delegados nas Conferências Municipais para
107 saberem discutir os temas propostos e as competências do Estado , União e
108 Município. O conselheiro Milton lembrou que na escolha de delegados para a
109 Conferência Estadual de Direitos Humanos, mediante a deliberação, confirmou
110 a existência da Resolução do Conselho e o uso de dois pesos e duas medidas
111 pois, se havia uma Resolução do Conselho como apareceu outra dinâmica?
112 Solicitou também que o Estado, através da CAADE, seja comunicado da
113 necessidade dos delegados irem para Brasília, usando o transporte aéreo
114 devido as condições e particularidades do grupo. Lembrou que irá lutar para
115 que isto se viabilize pois devido ao transporte terrestre utilizado para a última
116 Conferência em Brasília já foi vítima de um descolamento de retina. A
117 conselheira Daisy relatou sua concordância com as várias análises realizadas e
118 parabenizou o esforço da SEDPAC na realização da Conferência. Fez uma
119 reflexão sobre a representação das conferências onde 56 municípios e duas
120 regionais são pouco significativos diante do universo de 853 municípios do
121 Estado de Minas Gerais e questionou que no caso de um aumento desta
122 representação será necessário alterar-se ou aprimorar-se o formato, o modelo
123 da conferência, principalmente, quanto à capacitação de delegados, para
124 trazerem propostas mais qualificadas e para que as discussões não fiquem
125 restritas a meia dúzia de pessoas que dominam o debate. Lembrou também,
126 da necessidade de se manter acompanhamento das deliberações e de se
127 proceder um balanço das questões em andamento no intervalo entre uma
128 conferência e outra. Disse da necessidade de se publicar os avanços e
129 permanentemente falar em conferências, e não somente no período de sua
130 realização. Registrou como ponto deficiente o pouco envolvimento dos
131 conselheiros, mais unidos teríamos melhores resultados. O conselheiro
132 Glicélio, registrou que na sua avaliação foi temerário a comissão abandonar a
133 Conferência para a discussão da Lei Brasileira de Inclusão na audiência
134 pública na ALMG, uma vez que era muito importante a presença na
135 Conferência que acontece apenas de 3 em 3 anos e a discussão da LBI
136 poderia ser em outra data , comprometeu um pouco , sugere que se usem as
137 críticas para aprendizagem. Kátia , justificou com relação as datas e informou
138 que sugeriu que a conferência fosse 4,5,6 de novembro , Não estava em sua
139 mão definir sobre as datas, solicitou também alteração da data do debate da
140 LBI. A presidente Katia, lembrou que a sua ausência no encerramento da
141 Conferência deveu-se a este compromisso junto a ALMG para a audiência
142 pública que discutiu a Lei Brasileira de Inclusão, quando parte da comissão se
143 ausentou por conta disto. 4) Eleição do CONPED: A presidente Kátia
144 esclareceu sobre a recondução da mesa diretora e do mandato dos
145 conselheiros prorrogado para a data de 22 de fevereiro de 2016 . Portanto, é
146 necessário, com urgência, a convocação da próxima eleição que elegerá a
147 próxima gestão do CONPED. Informou que no próximo mandato a presidência
148 caberá ao governo , a vice presidência à sociedade civil , a 1ª secretaria ao
149 governo e a 2ª secretaria à sociedade civil . A Comissão eleitoral , deverá ser

150 composta por membros que não concorreram as vagas nas cadeiras. Como a
151 CVI não pretende ocupar cadeira no CONPED e para preservar a lisura do
152 processo a presidente Katia sugeriu para compor a comissão, seu nome como
153 representante da sociedade civil , a SEDPAC (representação de uma pessoa
154 sem intenção de concorrer) , o Ministério Público, e um representante da OAB.
155 Foi deliberado, após concordância dos conselheiros, que sejam enviados
156 ofícios para os órgãos que comporão a Comissão Eleitoral. Fica desde já pré
157 agendada reunião da comissão eleitoral para o dia 09.11.2015. Romerito,
158 aproveita para convidar aos presentes para uma reunião para discutir, buscar
159 ideias para as comemorações do Dia Internacional da PCD (03.12.2015) e do
160 dia 04.12.2015, abertura da semana dos Direitos Humanos, em 06.11.2015, 3º.
161 Andar na Casa dos Direitos Humanos. A presidente Kátia informou que a
162 próxima plenária do dia 16/11/15 foi adiada para 14/12/2015. Por não haver
163 mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às 16h07 minutos. Eu, Daisy Dias
164 Lopes, 1ª. secretária, lavrei a presente ata que dato e assino.

165 Belo Horizonte, 03 de novembro de 2015.

166 Kátia Ferraz Ferreira(C.V.I.)

167 Daisy Dias Lopes (CRESS- MG)

168 Eustáquio José de Oliveira(ADEFI)

169 Alexander Fabian Malheiros (SES)

170 Caio Múcio Pimenta (Associação Cegos Louis Braille)

171 Romerito Costa Nascimento (CAADE)

172 Renata Jacques Batista (CREFONO)

173 Glicélio Ramos da Silva (SEC)

174 Sônia Maria de Paula (SEDS)

175 Romina Cláudia da Silva Carvalho (Poder Judiciário)

176 Milton Henriques de Oliveira (ADEFOM)